



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornalcomercio.com.br

Três candidatos, três alvos

O encontro promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, ofereceu uma rara oportunidade para comparar, lado a lado, três pré-candidatos ao Palácio do Planalto. E o resultado foi revelador: o senador Flávio Bolsonaro, os ex-governadores Romeu Zema (MG) e Ronaldo Caiado (GO) falaram para o mesmo auditório, mas apontaram obstáculos diferentes para o crescimento econômico do País.

Rever normas do atual governo

Mais do que apresentar propostas, cada um deixou claro quem pretende enfrentar na campanha. Flávio Bolsonaro (PL) concentrou críticas ao Supremo Tribunal Federal, associando a insegurança jurídica a decisões da corte e defendendo uma atuação mais restrita ao papel constitucional. Também atacou a reforma tributária e prometeu rever normas editadas pelo atual governo.

Tamanho do Estado

Romeu Zema (Novo) escolheu como alvo o tamanho do Estado. Defendeu reformas administrativas e previdenciárias, redução de despesas e maior controle das contas públicas. Manteve o discurso liberal que marcou sua trajetória política em Minas Gerais.

Economia real

Já Ronaldo Caiado (PSD) direcionou sua fala à economia real; criticou os juros elevados, o custo do crédito e os entraves que afetam a competitividade das empresas. Foi o discurso mais próximo das preocupações imediatas do setor produtivo.

O que interessa ao setor produtivo

O deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP, foto), que assistiu o encontro, fez para a coluna **Repórter Brasília**, uma análise do que viu. O parlamentar afirmou que a manifestação dos três pré-candidatos “ajuda a compreender o que a indústria e o agronegócio procuram ouvir neste início de pré-campanha”. Para o parlamentar gaúcho, “o debate eleitoral tende a ser mais produtivo quando sai da polarização política e entra nos temas que afetam diretamente investimentos, produção, emprego e renda”.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Segurança jurídica e custo Brasil

Na prática, os empresários querem saber quem será capaz de oferecer segurança jurídica, crédito acessível, redução do custo Brasil, previsibilidade regulatória e condições para aumentar a competitividade nacional. São questões que atravessam os discursos dos três pré-candidatos, embora cada um proponha caminhos diferentes.

Disputa começa a ganhar forma

O encontro da CNI mostrou que a disputa presidencial já começa a ganhar forma. Flávio aposta no embate institucional. Zema insiste na agenda liberal de contenção do Estado. Caiado procura ocupar o espaço da gestão e da competitividade econômica. A corrida ainda está no início, mas Brasília já identifica três narrativas distintas tentando conquistar o mesmo destino: o Palácio do Planalto.

PEC 6x1 fica travada em semana esvaziada

No sábado fará um mês desde a aprovação na Câmara dos Deputados

/ CONGRESSO NACIONAL

A tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 no Brasil deve seguir travada no Senado em uma semana esvaziada pelas festas de São João, pelo jogo do Brasil contra a Escócia e pelos trabalhos semipresenciais na casa.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), mantém a PEC 221 de 2019 em sua mesa, sem despachá-la para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como o colegiado não marcou reuniões para esta semana, a expectativa é que a PEC siga parada, comple-

tando um mês, no próximo sábado (27), desde a aprovação na Câmara dos Deputados.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), não marca reuniões em semanas semipresenciais, quando os parlamentares podem votar remotamente, devido ao baixo quórum.

A assessoria da CCJ informou à Agência Brasil que não houve sinalização de Alcolumbre para liberar a PEC. Já a assessoria do presidente do Senado não respondeu à reportagem.

Com o feriado de São João no Nordeste, na quarta-feira (24), e também dia do jogo do Brasil con-

tra a Escócia pela Copa do Mundo, a expectativa é de uma semana esvaziada no Parlamento.

Na semana passada, o senador gaúcho Paulo Paim (PT) cobrou, no plenário, a votação da PEC. “O que afinal está faltando para que o Senado vote a matéria, já que debatemos esse tema há anos?”, questionou Paim.

A PEC que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais foi aprovada na Câmara por ampla maioria. Apenas 22 dos 513 deputados votaram contra. Mesmo assim, o tema não avança no Senado, onde enfrenta resistência.

Polícia Federal cumpre buscas no Banco Digimais

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Miragem, contra supostas fraudes no Banco Digimais. A Justiça autorizou o bloqueio de R\$ 670 milhões contra investigados, como é o caso do líder da Igreja Universal, Edir Macedo, dono do banco. As informações são da Agência Estado.

A suspeita é de que o banco tenha usado fundos de investi-

mentos para maquiar um rombo bilionário. A reportagem buscou o contato com a defesa dos investigados até o fechamento desta edição. Entre os alvos das buscas, estão dirigentes do Digimais, como é o caso do bispo João Urbaneja, homem de confiança de Edir Macedo, e seu filho, Thiago Urbaneja.

Os executivos do banco Marcelo de Lima Brasil, João Alves de Campos e Rodrigo Ruggero tam-

bém foram alvos de buscas. O bispo Edir Macedo não foi alvo de buscas por residir fora do Brasil.

A Polícia Federal afirma que após Edir Macedo assumir o controle do banco, ele passou a focar em crédito consignado e financiamento de veículos.

Houve, segundo a Polícia Federal, um breve período de crescimento e depois uma “severa” deterioração, com prejuízos expressivos.

Wagner resiste a deixar cargo, mas Lula deve intervir

Apesar da articulação deflagrada para convencê-lo a se afastar da função, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tem reiterado a aliados que não pretende se licenciar imediatamente do cargo, exceto se houver um pedido do presidente Lula (PT).

Uma conversa entre os dois é esperada para hoje, quando o senador deverá retornar a Brasília. A expectativa é que Lula peça para Wagner entregar o cargo, caso o líder do governo não tome essa iniciativa antes do encontro.

Mesmo que inclinados a favor do afastamento do amigo, aliados de Wagner têm sugerido um acordo pelo qual ele só entregue a liderança após uma visita de Lula à Bahia, programada para 2 de julho, e sob a justificativa de que o senador precisa se dedicar à campanha no estado.

Após Wagner ser alvo de operação da PF em investigação do

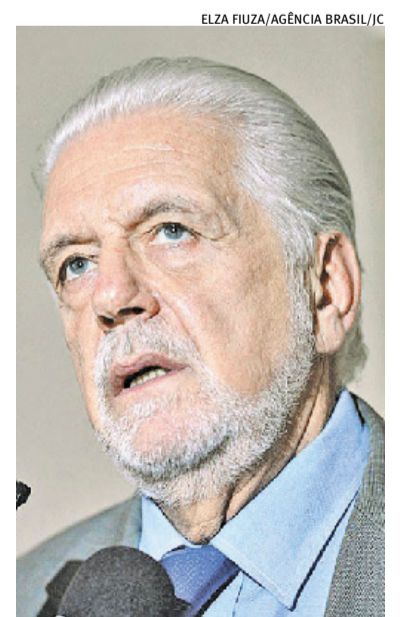
caso do Banco Master, a avaliação dentro do governo foi de que seria necessário blindar o presidente e estancar logo essa discussão, que interrompeu uma sucessão de notícias positivas para Lula.

Emissários da gestão petista tentam convencer Wagner de que a permanência na liderança é o que mantém sobre ele os holofotes, o que dificultaria até mesmo sua defesa. Uma ala do governo já defendia a troca de Wagner após falhas na articulação, como na derrota da indicação de Jorge Messias ao STF (Supremo Tribunal Federal). Ele também ficou com má relação com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Dessa forma, aliados já defendiam que ele alegasse necessidade de focar a campanha para deixar a liderança.

Wagner, por sua vez, tem insistido no argumento de que sua

fragilização pode prejudicar a campanha do presidente na Bahia, estado fundamental para sua eleição em 2022.



ELZA FIUZA/AGÊNCIA BRASIL/JC

Jaques Wagner deve ter conversa hoje com o presidente Lula

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade